

MEMÓRIA E CRÍTICA DOS ENVOLVIMENTOS POLÍTICOS E DAS RELAÇÕES ENTRE A UMBANDA E A IGREJA CATÓLICA

*Maria Helena Villas Boas CONCONE**

Este pequeno trabalho foi escrito a partir de dados de uma Pesquisa desenvolvida a seis mãos, por um grupo de pesquisadores do Centro de Estudos da Religião Duglas T. Monteiro. O Projeto que originou nossos trabalhos foi intitulado: Umbanda em São Paulo. Memória e Atualidade. Na sua execução, cheia de percalços, temos nos envolvido Liana S. Trindade, Lisias N. Negrão (ambos da USP) e eu mesma (PUCSP).

Partimos da constatação de que todas as discussões relativas a esse grande movimento sócio-religioso partiam do estabelecimento não verificado de que tal movimento se originara no Rio de Janeiro. Como diz Lisias Negrão, do mesmo modo que os estudos de etnologia brasileira foram durante muito tempo “vítima de tupinização”, os de Umbanda foram marcados de “carioquização”.

Desta forma nossa proposta foi de resgatar o movimento em São Paulo nas duas dimensões acima destacadas: Memória e Atualidade.

Trabalhamos a partir de fontes e recursos heterogêneos, desde observação de sessões e depoimentos, até a leitura de publicações. Os depoimentos foram obtidos de velhos umbandistas que pudessem resgatar a memória do estabelecimento do movimento nas primeiras décadas do século atual e chefes de terreiro falando do movimento hoje; quanto às publicações, procuramos notícias na grande Imprensa e na Imprensa umbandista propriamente dita.

* Professora do Departamento de Antropologia da PUCSP.

Por outro lado, a ausência de dados coerentes e fidedignos acerca da Umbanda em S. Paulo, nos obrigou ainda a um exaustivo levantamento dos registros de terreiros nos seis Cartórios de Registro Civil existentes na Capital.

Evidentemente, o resultado de todo este trabalho é heterogêneo, como assinalamos acima, e não cabe discutir aqui toda a questão. Cabe, entretanto, uma observação a respeito das duas fontes de memória às quais se recorreu: a falada e a escrita.

Claro está, que a memória viva obtida de viva voz de depoentes qualificados não nos dá por um passe de mágica a notícia “do que foi”. De fato, ao resgatar suas memórias do passado, o depoente a resgata através do filtro da sua vivência e das suas expectativas em relação ao movimento considerado. A situação do movimento hoje (dificuldades, “ganhos” e “perdas”) se constitui num poderoso elemento de organização da narrativa. Isto é, a memória viva, é um processo de resgate que exige um fio condutor e uma certa coerência interna. Assim, a memória contida nos depoimentos é de fato uma narrativa passada pelo filtro do memorialista.

O panorama oferecido pela palavra escrita é de outra natureza, sobretudo quando se lida, como nós, com a Imprensa. Ao contrário da anterior que se constitui nessa narrativa, nessa memória viva, estamos agora, diante da memória cristalizada. São os fatos filtrados pela ótica do momento, intocados pelo processo de reconstituição, a não ser, evidentemente, pelo recorte e pela ótica do próprio analista.

Há sempre dúvida uma outra distinção a ser feita, quando o material impresso foi buscado na imprensa umbandista (comprometida com o próprio movimento ou setores dele) ou na grande imprensa (onde este comprometimento não é um dado necessário). Partimos do suposto de que os artigos exarados na grande imprensa nos dão, além do fato, a sua interpretação, explicitamente ou não. O fator de conotação está inextricavelmente preso à denotação. A ótica dominante na sociedade, o juízo que faz do fato noticiado, ressalta nos artigos e notícias da grande imprensa de mais de um modo: no espaço destinado à notícia, no lugar onde ela aparece alocada, na linguagem que a veicula, sobretudo nos termos que a adjetivam, na frequência relativa com que é veiculada, etc. Uma análise diacrônica das notícias publicadas nos dá sem dúvida, um perfil bastante seguro dos modos de aproximação da sociedade inclusiva em relação ao fato específico que se pesquisa.

Em outro momento, fizemos uma análise mais detalhada e criteriosa das questões e distinções acima esboçadas. Por agora nos limitamos a destacar alguns pontos necessários ao entendimento do

trabalho aqui apresentado. Para tanto, mais algumas informações se fazem necessárias.

Neste trabalho, lidamos com a chamada “memória cristalizada” na grande Imprensa (o que não significa que vez ou outra não façamos referência a dados de outra natureza). *Trabalhamos exclusivamente* com o material organizado pela Hemeroteca do jornal “O Estado de S. Paulo”, sob a rubrica, “Macumba”. O fato de já havermos encontrado algum material compilado ampliou nossa proposta inicial e acabamos tendo à disposição um noticiário que se estendeu de 1876 a 1982. Este conjunto, conquanto enorme, era contudo lacunar o que nos obrigou a percorrer as páginas do diário em questão, segundo um critério temporal não de todo aleatório. Estabelecendo uma periodicidade de 5 anos, preenchemos a lacuna que se estendia do início do século até o início da década de 1950. Cabe lembrar ainda que, conquanto o material arquivado pelo próprio jornal fosse constituído na sua grande maioria por material veiculado pelo próprio “Estadão”, encontramos aí algumas reportagens veiculadas por outros órgãos da grande Imprensa (Globo, Folha, etc., entre os diários, Veja, Afinal, etc., entre as revistas). O nosso levantamento, contudo, se limitou ao “Estadão”. Nem poderia ser de outro modo para um pesquisador isolado, graças à organização interna da atividade total de pesquisa requerida pelo Projeto proposto.

De posse desse extenso levantamento, procuramos trabalhá-lo de dois ângulos: cronologicamente, organizando e analisando os dados segundo as décadas (final do sec., 1900-1910, 1910-1920, etc.); “qualitativamente”, segundo os tópicos sugeridos pela própria leitura (Umbanda e polícia, feitiçaria, Umbanda e Medicina, Umbanda e Política, Umbanda e Igreja, etc.), nesta nova leitura tentamos captar o movimento da sociedade (melhor falando de um poderoso segmento dela) em relação ao movimento umbandista.

Todo este trabalho nos revelou não apenas as profundas interligações de um movimento umbandista mais abrangente (e não mais percebido a partir de um pólo irradiador original) e a necessidade fundamental de separar dois níveis do movimento umbandista, o nível organizador (ou que se pretende tal) das Federações e Confederações Umbandistas e o nível da Umbanda vivida nos Terreiros.

O trabalho aqui apresentado, parte da segunda forma de leitura acima referida, do material da grande Imprensa. O período considerado se estende até 1982, às vésperas das penúltimas eleições legislativas. E agora, vamos aos dados e à sua interpretação.

Clientelismo, Favor e Legitimação

Clientelismo e favor, têm sido um binômio bastante debatido pela literatura das Ciências Sociais e mesmo pela reflexão Filosófica contemporânea no Brasil.

De fato, o binômio em questão oferece um ponto de apoio de valia para a análise do envolvimento entre segmentos da sociedade e os poderes constituídos. Como não poderia deixar de ser, na análise do movimento umbandista, o binômio em questão emprestou seu inestimável apoio conceitual.

Tomando como exemplo dessa análise o trabalho do antropólogo P. Fry (Para Inglês Ver), veremos que esse estudioso lembra, apoiado em Schwartz e Wefford, que clientelismo e favor “teciam a trama do poder desde a época colonial até o Brasil contemporâneo”. A partir daí, enuncia várias situações em que a Umbanda funciona como verdadeira metáfora da sociedade brasileira: da interferência dos Exus à figura dos despachos.

Retomando este ponto de partida, poderemos contudo nos colocar várias questões não levantadas pelo interessante trabalho de Fry: O que explicaria a passagem da Umbanda do seu papel de religião (*quando sequer merecia esta denominação*) popular, condenada e condenável, ao papel de parceiro conveniente nas trocas de favor e clientelismo? Em que momento aconteceu a parceria de modo notório? Que motivações a partir da própria Umbanda, permitiram tais alianças, para além do “vício clientelístico” do sistema político - social brasileiro, continuamente repostos por ela, ritual e praticamente? Que outros elementos do campo religioso brasileiro total entram neste “jogo” e como entram nele? Finalmente, duas questões sugeridas pela conjuntura política de 82. Por que a insistência de órgãos que se consideravam representativos do movimento umbandista, em dar seu apoio a políticos e partido da situação, quando em S. Paulo a oposição crescia a olhos vistos? Por que candidatos postulados como representantes oficiais da Umbanda, não foram eleitos?

Por outras palavras, embora o binômio clientelismo/favor possa ser útil à análise das relações políticas da Umbanda, não é suficiente. A partir do que aprendemos através de numerosos trabalhos e dos nossos próprios dados de pesquisas, pode-se sugerir que o problema da legitimação da Umbanda se impõe como um outro poderoso fator de análise.

O esforço de legitimação do movimento Umbandista frente à sociedade inclusiva é uma poderosa mola propulsora e a partir desse esforço, o namoro com poder constituído é decisivo. Em consequência

deste fator, por outro lado, a posição da Igreja Católica enquanto porta-voz de uma religião majoritária (real ou virtual) e “tradicional” do povo brasileiro, vis-a-vis à Umbanda e ao poder, não pode ser esquecida.

A resposta às questões acima formuladas deve passar pelo menos por esses três pontos de inflexão: clientelismo, favor e legitimação.

Legalismo e Pragmatismo

Muito já se escreveu a respeito do caráter que chamaremos de “contracultural” (resistência, oposição, negação) de manifestações populares. A Macumba, a Quimbanda e mesmo a Umbanda têm sido pensadas nesse prisma.

Quando não contracultural, pelo menos reforçadora de uma dimensão “malandra” da sociedade e do homem brasileiro, a Umbanda surge freqüentemente como manifestação popular por excelência: rica de manifestações, criativa e mutante. Uma face contrária a esta, contudo, também tem se oferecido ao interesse do investigador. Contracultural e conservadora, são as imagens contraditórias que surgem em diferentes e numerosos trabalhos que tratam da Umbanda.

É evidente que diferenças tão marcadas não podem depender apenas de eventuais “part-pris” do observador. De fato, a Umbanda é sobretudo multiforme, um sistema religioso estruturalmente aberto que lhe permite inúmeras variações em torno do mesmo tema. Não é entretanto nesta questão da estrutura cultural - religiosa que estamos interessadas neste momento. O que nos interessa agora é o aspecto organizacional da Umbanda. Queremos falar da diferença entre a Umbanda das Federações e a Umbanda dos Terreiros.

Embora simplificando, gostaríamos de sugerir esta distinção como ponto de partida necessário à análise da Umbanda. Estamos diante de 2 Umbandas a “malandra” correspondendo à Umbanda de Terreiro e a “comportada” correspondendo à Umbanda Federativa. Mesmo assumindo a simplificação, é bom lembrar que esta oposição não é absoluta, porém relativa. Quando falamos em “movimento umbandista”, portanto, é sobretudo a dimensão federativa e organizativa que temos em mente. Umbanda é a religião na sua inteireza - aspectos organizacionais, práticos e religiosos propriamente ditos (aspecto mítico-ritual sobretudo).

Ora, o que nos parece é que há um certo pragmatismo em matéria de política, que permitindo uma avaliação mais objetiva das vantagens

e desvantagens imediatas de determinados arranjos, percorre a Umbanda como um todo, mas orienta o jogo político sobretudo dos terreiros mais populares e pequenas Federações. Na relação de clientelismo, o “favorecido” se permite avaliar o interesse do candidato “cliente” sempre que a oportunidade se colocar. Nesse sentido, as peripécias políticas capazes de garantir o calçamento da rua onde se localiza um terreiro, ou um novo telhado (como encontramos referido em uma das entrevistas), assumem importância fundamental do ponto de vista do eleitor chefe de terreiro (ele mesmo patrocinador ideal de uma rede clientelística a nível interno), o qual tenta driblar as artimanhas das promessas pré-eleitorais. O comportamento do candidato postulante, em eleições passadas, terá então seu peso e será devidamente avaliado em relação aos compromissos anteriormente assumidos.

Ainda segundo nosso entendimento, há por outro lado, uma postura legalista presente na Umbanda, mas que se faz sentir sobretudo nos seus setores de “classe média” que, não por acaso, são os que mobilizam o movimento federativo mais significativo.

É sem dúvida comum ao discurso dos chefes de federação a noção de apoio à lei e por isso, sem mediações, de apoio ao governo constituído.

Um umbandista candidato oficial da SOUESP (órgão federativo da Umbanda Paulista) nos dizia enfaticamente: “Vocês vão perguntar, por que o PDS, que é um partido ruim de voto”? E ele mesmo respondia, como se isto fosse explicação suficiente, que o “PDS era o partido do governo”. Esta adesão aparentemente não justificada, ou justificada a partir de uma ótica legalista, tem de fato uma história e um percurso. Por outro lado, pode-se pensar, dadas às tensões e disputas internas ao movimento federativo umbandista, em verdadeiro boicote do candidato oficial, uma estratégia de dupla mão. Ao lançá-lo como candidato pelo partido do governo garantiria ao mesmo tempo sua não eleição e de outro lado a demonstração pública de apreço e reconhecimento do movimento ao grupo no poder.

Esta explicação, entretanto, pressupõe uma estratégia elaborada demais e por outro lado tem como efeito exatamente tornar pública a adesão ao partido situacionista herdeiro direto da política Pós - 64. Cumpre lembrar que de fato a Umbanda ficou sem representante oficial em todos os níveis. . .

Acreditamos que a postura legalista exista de fato e aparece no discurso de muitos umbandistas entrevistados e em suas publicações especializadas.

“A Umbanda não pode ser contra a lei” nos dizia uma expressiva figura do movimento umbandista de S. Paulo. Claro está que esta postura legalista por parte das lideranças oficiais é perfeitamente coerente com a busca de legitimação.

De fato, legalismo e pragmatismo associados ao clientelismo e busca de legitimação, nos dão os arranjos possíveis das relações políticas da Umbanda.

A partir destas hipóteses e sugestões, é que procuramos responder às questões formuladas, buscando os elementos na leitura das publicações da grande Imprensa.

A Umbanda através da Imprensa

Em São Paulo, com atraso de cerca de 20 anos sobre o Rio, a Umbanda só aparece oficialmente, com registro em cartório, em 1953. Foi a ferrenha resistência oferecida pela Cúria Metropolitana de S. Paulo, que retardou a oficialização. O que evidentemente não significa que não existisse antes.

Antes de 53 encontramos na imprensa a notícia de feroz campanha movida pela Delegacia de Costumes (campanha que está longe de ser apenas Paulistana ou Paulista) contra as diversas manifestações batizadas de “magia negra”, “feitiçaria”, “baixo espiritismo” e “macumba”. O termo umbanda praticamente não frequenta as páginas dos noticiários.

Se admitirmos, contudo, a Umbanda, em que pese sua especificidade, como herdeira da Macumba, veremos que a incômoda notoriedade anterior aos anos 50, não é menos incômoda nos anos 50, mas revela alguns elementos novos (além evidentemente do nome Umbanda que já figura ao lado de Macumba): a Umbanda não aparece como caso de polícia nos noticiários, mas estes revelam crescente preocupação de setores da sociedade seja com o crescimento da Umbanda, seja com seu envolvimento político real ou suposto.

Do material que nos foi dado analisar, a primeira relação estabelecida entre poder e feitiçaria, remonta a 1878. Uma notícia estampada em “A Província de São Paulo” e procedente do Rio, dá conta da prisão de um certo Laurentino da Cruz, “creoulo” e “grande sacerdote da cruz”. A notícia louva a ação do Delegado de Polícia que “vasculhou o templo” onde “diversos adeptos exercitavam o culto da mandingueira divindade”. Segundo a notícia, “tais confrarias procuravam reunir dois poderes: o espiritual e o temporal”. Não deixa dúvidas

também quanto à meta de tais “feitiçarias” – fazer mal aos senhores de escravos. Está-se a dez anos da Abolição, Bastide, entretanto, (Sociologia do Folclore Brasileiro) mostra que essa preocupação foi sempre contemporânea da escravidão, embora não seja absurdo imaginar que no processo abolicionista a questão se agudizasse. Lemos em Bastide: “É (pois) somente a partir do sec. XVIII que temos possibilidade de encontrar alusões a sobrevivência religiosas africanas. Mas nessa época é evidente que o que interessa aos brancos não é a própria religião, mas o perigo que ela possa apresentar para a segurança pública e a economia escravista”.

A análise de Bastide revela o temor que despertavam na elite branca da sociedade brasileira as manifestações da religiosidade originária da África, vistas exclusivamente do ângulo da perigosa feitiçaria. O mesmo temor é registrado pela imprensa no último quartel do sec. XIX, quase às vésperas da Abolição e da instauração da República. Finalmente, a mesma preocupação com as potencialidades perigosas (em termos políticos, econômicos, médicos, sociais) das formas de religiosidade de herança negra (agora definidas como de “classe baixa”, “Primitivas”, etc.) reaparece no século atual de forma reiterativa praticamente até meados do sec. e de forma episódica até hoje.

Não é pois à toa que insistimos no peso da busca de legitimação por parte da Umbanda como um fator ponderável. Como dissemos, em que pese a especificidade desta forma de religiosidade popular, ela é herdeira de formas anteriores de religiosidade afro-brasileira (embora a totalidade religiosa da Umbanda não se constitua apenas dessa herança).

É claro que poderíamos colocar como outros autores, a Umbanda como uma forma de desapropriação religiosa do negro, ou de outro modo, de apropriação pelo branco da religiosidade negra. Há que convir, entretanto, que esta colocação explicaria muito pouco dos processos que levaram a essa apropriação/desapropriação na medida em que nem os mecanismos culturais nem os sociais, mas sobretudo os primeiros, são realmente discutidos. Por agora, entretanto, não podemos enfrentar essa discussão (já o fizemos em outras oportunidades).

Entre a notícia de 1878 acima referida e a próxima relação explícita que encontramos entre “o poder espiritual e o poder temporal”, vão cerca de 50 anos. É em 1939 que lemos a primeira referência àquilo que foi definido no jornal como “tráfico de autoridade”. Um chefe espírita (L. Spadoni do “Tribunal Espírita Justiça Divina”), graças a uma “estratégia mal intencionada”, revela o diário em sua coluna

policial, colecionava cartas de “altas autoridades do País”, como meio de reforçar sua credibilidade e prestígio.

Estratégia mentirosa ou não, o fato é que esta pequena notícia (que só estampa o nome do chefe de culto preso, mas não das possíveis autoridades envolvidas), precedeu uma prática constante em anos recentes, de acusar tais envolvimentos políticos. Apenas que no noticiário mais recente os nomes das autoridades são estampados sem reservas, e não mais no noticiário policial. . .

Em um editorial de 1958, seguido de outro em 59 vazado quase que nos mesmos termos, vamos encontrar pela primeira vez o nome de uma “alta autoridade” ligada à “Macumba”. O editorial comenta a viagem de Huxley ao Brasil e lamenta duramente que o tenham levado a visitar a “Macumba carioca”, faz crítica acerca do populismo getulista que teria engendrado, ou no mínimo facilitado, um tipo de atividade considerada incompatível com a civilização, isto é a Macumba.

Esta é a primeira de uma série de acusações ao governo de Getúlio que teria incentivado o crescimento da Umbanda (chamada sistematicamente e com intenção pejorativa de Macumba), indiretamente – pelo “afrouxamento da fibra moral da nação”, ou diretamente – através do seu beneplácito.

A figura de Getúlio, aliás, aparece frequentemente ligada à questão da Umbanda, seja através da Imprensa, seja através de depoimentos de pais-de-santo.

Apesar dos depoimentos umbandistas (coerentes com a imagem de “Pai dos Pobres”) e das verdadeiras catilinárias do “Estadão”, mostrarem Getúlio como “Patrono e Patrocinador” da Umbanda, o período getulista foi de fato o período de repressão mais sistemática aos cultos afro-brasileiros em geral, como pôde ser amplamente atestado pelas páginas policiais da grande Imprensa.

De fato, quando depois do período ditatorial Getúlio chegou a Presidência pelo voto direto, comprometido com a necessidade de dar uma imagem popular do governo, apoiou realmente numerosas pretensões do jovem movimento umbandista. A trajetória de Ademar de Barros em S. Paulo foi semelhante quando comparamos o momento de interventoria (repressão) e o de liderança populista (apoio).

Em resumo, a leitura dos jornais revela para a década de 50 (quando da oficialização do movimento em S. Paulo), três tipos de preocupação básica:

1 – Uma preocupação social com o chamado “Problema do negro”; um reconhecimento da Umbanda enquanto manifestação religiosa das “camadas pobres”, não instruídas da população, moradora da

periferia das grandes cidades (ou das favelas e no caso do Rio especialmente nessas).

2 – Em segundo lugar, uma preocupação com a informação jornalística propriamente dita. É quando surgem artigos e reportagens detalhados sobre o “fenômeno das religiões afro-brasileiras”. Tais artigos são reveladores do interesse que agora a Umbanda desperta no público em geral. Em 56, a Revista do Rádio publica matéria sobre Átila Nunes (radialista carioca), sob o título “O Rádio invade os Terreiros de Macumba, ou a Macumba invade o Rádio”. Neste artigo, Átila se declara “umbandista com muito orgulho”. Vê-se, pois, que a nível da Imprensa pelo menos, Umbanda e Macumba constituem um fato só.

3 – Finalmente, há uma terceira ordem de preocupação que não é nova, pois continua a mesma linha de acusações contra a chamada Macumba, constantes nas épocas anteriores. A Macumba (e por extensão a Umbanda, desde que os termos funcionam aí como sinônimos), é vista como potencial ou realmente perigosa e nociva do ponto de vista ético, religioso, político, social e de saúde mental da população. A sua existência é vista explicitamente como prova de “retrocesso cultural” e em séria contradição com as pretensões brasileiras à civilização.

O editorial do “Estadão” de 1958, atrás referido, é excelente exemplo desta última preocupação. O editorial (como outros tantos do mesmo diário durante cerca de 30 anos), esforça-se em demonstrar como a existência da “Macumba”, em plena capital da República oferece ao consenso das Nações desenvolvidas uma imagem negativa do Brasil - um País que não merece credibilidade, além de ser uma contradição frente ao desenvolvimento pelo qual passa o País, compromete este mesmo desenvolvimento. Critica a omissão do então “governo central” (J.K.), uma vez que a “Macumba” visitada por Huxley ficaria próxima ao Catete e de quebra, critica a omissão das autoridades em geral (Prefeitos, Vereadores, Câmara dos Deputados e Senado). O editorial de 59, na mesma linha, considera ainda que as favelas (lugar onde proliferam “as Macumbas”, por uma espécie de inércia e atraso cultural dos favelados), “acabarão por expulsar a Capital”. Os dois artigos fazem considerações sobre o voto popular e ao que se pode esperar de uma Nação cujos representantes são eleitos por “qualquer repugnante Pai-de-santo”.

Na linha dos artigos, preocupados com o “problema do negro”, podemos lembrar publicação do início da década de 50 (Diário de Notícias, 1951), intitulada: “Macumba, reminiscência do cativo”. Este artigo, bastante extenso, utilizando uma linguagem a um tempo sensacionalista e acauteladora no título e subtítulo, guarda no corpo da

matéria, entretanto, um “tom” solidário ao negro, proclamando a necessidade de “integrá-lo definitivamente”, “destruindo”(pela educação)“o que de africano persiste em sua alma e em sua mentalidade”.

Apesar das diferenças nítidas, tanto o editorial comentado quanto este último artigo, são do mesmo tipo, na medida em que consideram fato estabelecido que “Macumba e Civilização são incompatíveis”. Apenas o artigo do Diário, além de não criticar as autoridades pelo fato de “deixar acontecer” a Macumba, mas sim pela sua negligência diante de um “problema social”, abre ao homem negro a “possibilidade de ser recuperado pela educação”. . . Responsabiliza ainda o governo abolicionista por haver dado a liberdade ao negro, sem contudo garantir-lhe os meios de usufruí-la. Contraditório embora, é um artigo que se pretende simpático à “causa negra”, fugindo do elitismo explícito dos editoriais anteriormente lembrados.

Na linha dos artigos de “esclarecimento” e “informação” temos desde a reportagem atrás mencionada da Revista do Rádio, até artigos como o publicado em “A Noite” (agosto de 1952) sob o título: “Nos domínios da Magia. Homenageando o diabo”. Tal artigo misturando sensacionalismo e descrição informativa, estampa entrevistas com Pais-de-santo e um quadro geral daquilo que chama Macumba, falando em “cavalos”, Entidades e Caboclos, trazendo fotos e pautas musicais.

Mas o realmente a destacar aqui, são os artigos de Frei Boaventura Kloppenburg o qual, autorizado pelo cardeal Câmara (Rio) e respondendo a uma preocupação do Secretariado Nacional de Defesa da Fé, em relação à necessidade de um “estudo aprofundado da expansão das heresias” faz análises da Umbanda, apontando “vícios e problemas”. Ficamos diante de uma série de artigos e reportagens saídos em mais de um órgão de imprensa (Globo, Gazeta, etc) em 1956 preocupados em “informar e desmistificar”. O “tom” dos trabalhos é agressivo e sensacionalista. Fala-se em demonolatria, credulidade (despachos que “pegam” nos crédulos, quando um “Convento se alimenta de feijão recolhido nos despachos” sem conseqüências nefastas), má fé (confusão em que são mergulhados os católicos, que incautos caem no “engodo do “sincretismo”))e, finalmente, do pecado mortal (condenação definitiva para aqueles que freqüentam Terreiros, ou mesmo centros Kardecistas).

Neste momento, cada um à sua maneira, Igreja e Estado se envolvem ambos com o fenômeno umbandista. A atitude da Igreja particularmente, mudará após Vaticano II e Medellin, mas a Igreja deverá esperar as mudanças políticas mais gerais e profundas na sociedade brasileira, para ser por sua vez apontada como responsável pelo crescimento da Umbanda. A partir dessas mudanças (internas e externas),

algumas publicações em órgãos da Imprensa diária vincularão de modo definitivo o afastamento da “Igreja” do seu papel religioso com a conseqüente abertura de espaço para outras formas “espúrias” ou não de religiosidade.

Apesar das mudanças acontecidas na década de 50 que transformaram a Umbanda (ou Macumba, como se viu) de caso de Polícia em “fenômeno a ser analisado”, com algumas passagens por ataques a ela ou à cegueira das autoridades, foi só na década de 60 que passamos a encontrar colocada de modo sistemático a questão do apoio político direto à Umbanda.

Nas páginas do “Estado de S. Paulo” encontramos a partir de 1960, comentários ou notícias relativas ao apoio direto do Estado à Umbanda ou a cultos “afro-brasileiros” em geral. Não seria de estranhar que o regime Pós - 64 recolocasse os cultos afro-brasileiros e a Umbanda nas páginas dos jornais a partir do comentário (com frequência acerbo) ao apoio público e notório dos poderes constituídos, se bem que “disfarçados” de “implemento ao turismo local”. Os poderes constituídos dando uma no casco outra na ferradura, iniciam a relação fazendo eco às velhas críticas (aceita-se enquanto “folclore” incentivador de turismo), não deixando, contudo, de buscar eventuais apoios. De fato, um sistema fechado e anti-democrático põe em marcha o velho sistema clientelístico como fraco sucedâneo da legitimação popular.

É neste ponto que não podemos perder de vista além do binômio favor/clientelismo os demais elementos de análise que sugerimos de saída. De fato, o quadro parece ser mais complexo e levanta as questões do apoio tácito de parte do movimento umbandista à filosofia do regime Pós - 64, como também da utilização do poder (enquanto poder instituído) para garantir a legitimidade da Umbanda (reconhecimento e impunidade policial). Nada menos verdadeiro que imaginar a Umbanda (para falar apenas dela) como um mero instrumento nas mãos dos que assaltam o poder. Se ela é instrumento, também se instrumenta dele, usa o poder e a necessidade de legitimação do próprio poder, para assegurar a sua própria legitimação, no mínimo enquanto reconhecimento de um movimento de peso.

Do ponto de vista do noticiário, temos antes de 64, a questão do apoio que embora não sigiloso é no mínimo discreto. Depois de 64 se faz de modo claro e notório.

Do ângulo do favor, encontramos que os dois momentos significativos da nossa história recente, são os dois momentos de ruptura efetiva com o sistema representativo baseado no recentemente conquistado voto secreto: a ditadura Getulista e o sistema político-militar iniciado

em 64. É durante o Estado Novo, que tais relações de favor/clientelismo (no que diz respeito ao nosso tema) se entabulam. Um clientelismo cultivado, no caso, discretamente pelos poderosos, na forma do favor pessoal, fato que além do mais realça o favor e distingue o favorecido – é a carta (que apóia), o bilhete (que liberta), a palavra (que abre caminhos). A par do favor, a perseguição Policial. Um à cruz, outro à caldeirinha. . .

No período político iniciado com a ruptura de 64, as relações são, como dissemos antes, “públicas e notórias”. O que explicaria a diferença? De fato, estamos diante de uma situação política em que embora não eleitos, os governantes devem garantir sua parcela de legitimidade e de legitimidade popular. A Umbanda pareceu então um parceiro mais adequado. Esta é contudo, uma resposta parcial. Pois a questão da legitimação, segmentar que seja, não é sempre uma questão fundamental a qualquer poder? Por outro lado, por que a Umbanda?

Há novos elementos em jogo. A posição da Umbanda não é mais a mesma do início do século, quando era identificada proximamente com a Macumba, com tudo que tal identificação implicava de negativo. O crescimento da Umbanda não era apenas uma questão de retórica seja dos umbandistas, seja daqueles que a temiam, mas um fato real e comprovado. Por outro lado, as posições relativas de outros tantos elementos envolvidos nesse jogo complexo também mudaram

Da Condenação à Condecoração.

Retomando os pontos acima destacados, temos de fato que considerar a questão do próprio crescimento da Umbanda e do movimento umbandista. Se tal crescimento já era notório na década de 60, e devidamente registrado na Imprensa pelo novo espaço que a Umbanda ocupa nos jornais e revistas (espaços maiores, páginas centrais, chamadas de primeira página, saída da coluna policial, objeto de artigos, reportagens e comentários de todo o tipo), nos anos 70 ela passa a ser considerada na Imprensa em geral como “religião de massa”. Fala-se agora dos “milhões de adeptos da Umbanda”, milhões com frequência arredondados para 20 ou 30 (é evidente que não dispomos de dados que comprovem tais números, mas estas cifras aparecem nas declarações de umbandistas e da Imprensa; parece evidente também que a fonte da Imprensa são as declarações dos umbandistas, desde que os dados oficiais são falhos ou inexistentes).

Agora é a Umbanda que reivindica publicamente para si a denominação de religião brasileira. Existe nitidamente para os umbandistas a noção de que o umbandismo substituiu o catolicismo; o Brasil não seria mais um país católico, porém, umbandista.

Este reconhecimento numérico de brasilidade é reforçado por outros argumentos.

Não é uma religião “importada” mas gestada aqui. Como nos dizia um umbandista bastante representativo do movimento em São Paulo, “a Umbanda não manda dinheiro para fora”. Assim, deste prisma temos um embate vitorioso entre um empreendimento religioso nacional e outro multinacional (catolicismo), que além do mais procederia à sangria de divisas.

Por outro lado, é vista também por seus adeptos como autenticamente nacional, porque atualiza alguns dos símbolos mais caros à construção de brasilidade: miscigenação, democracia racial e democracia social (todos se igualam no “trabalho espiritual” do terreiro). Como nos disse outro umbandista: “ao guia não interessa se o cavalo ou o médium é rico, pobre, engenheiro ou operário. Todos estão lá com humildade, descalços, fazendo a caridade”.

Finalmente, a Umbanda é considerada por eles como religião popular (embora também seja reconhecida pelo movimento como sendo “de classe-média”). Exatamente marcando posição no ponto que queremos destacar, um umbandista, chefe de Federação, nos disse muito a propósito: “Aonde as autoridades podem encontrar o povo”? E respondia enfático: “Num terreiro de Umbanda”.

De fato as “autoridades” parecem ter realmente buscado este novo interlocutor religioso e sobretudo a partir do momento em que a Igreja Católica tendo feito sua “nova opção”, assume uma postura cada vez mais incisivamente crítica ante o poder.

A imprensa registra de fato a presença de chefias umbandistas (a nível de terreiros ou Federações, mas sobretudo destas) na inauguração de agências bancárias (substituindo a benção antes levada por um padre), de obras públicas (estação de metrô), e na comitiva do famoso governo itinerante de Paulo Maluf.

Enfim, é um conjunto de fatores internos e externos ao movimento umbandista que parecem responsáveis pela drástica mudança das relações entre a sociedade ampla e a Umbanda propriamente dita, mudanças estas, das quais encontramos os expressivos ecos na Imprensa. A modificação operada, fez com que a Umbanda passasse, como dissemos de início, da condição de movimento condenável e condenado à condição de interlocutor importante no jogo do poder.

Não é preciso lembrar que a Umbanda não podia sair “incólume” desse processo todo; realmente, pelo menos no que concerne à Umbanda das federações ela se aproximou e continua a se aproximar de um modelo “respeitável” dentro da sociedade, justificando plenamente as interpretações de Umbanda branca, expropriadora de um expressivo e rico movimento de cultura popular. Estas marcas, contudo, se examinadas da ótica da Umbanda dos terreiros, exigem uma análise mais cuidadosa e nuançada de vez que há numerosos complicadores advindos da estrutura de classes e outros tantos, sociais e culturais.

De momento, entretanto, o que queremos registrar é a imagem da Umbanda como um todo, tal qual aparece na grande imprensa. Neste sentido, buscaremos ainda alguns elementos nas publicações dos anos 60, 70 e início da década atual.

Nos arquivos por nós compulsados, a década de 60, no que tange à Umbanda, se inicia exatamente com a publicação de nota sobre a próxima realização do II Congresso de Umbanda. A nota, saída nas páginas do “Estadão” (16/6/61) destaca como preocupação central do Congresso, “a elaboração de um código” capaz de orientar a feitura de uma “carta sinódica umbandista”. A notícia seguinte, sob o sugestivo título “Saravá meu Pai Xangô, Saravá Mamãe Oxun”, publicada no “Diário de S.Paulo” (19/11/61), descreve sessão assistida pelos repórteres “a convite do deputado gaúcho Moab Caldas” (um dos mais antigos líderes do movimento umbandista e, segundo consta, o primeiro deputado umbandista eleito como representante do movimento umbandista logo no seu início). Em 66, de novo no “Diário”, encontramos extenso artigo que discute o crescimento da Umbanda. Nele, a Umbanda é chamada de “Religião Brasileira” e analisadas as qualidades consideradas responsáveis pela sua extraordinária difusão; 1) não incompatibiliza seu adepto à prática de outras religiões, “não exclui as outras”; 2) seus adeptos não são “meros espectadores”; 3) consequência da anterior, elimina a distância que “nas outras religiões é fixa, entre dirigentes e adeptos comuns”; 4) as sessões desempenham importante papel associativo; 5) finalmente, a Umbanda pode ser “acessível e apreciada pelas pessoas humildes” graças à sua “falta de intelectualismo e de normas rígidas”.

Estendi-me nos dados desta notícia porque é bastante ilustrativa de uma nova postura: a Umbanda cresce; este crescimento é fator de interesse e debate; finalmente, vai-se buscar na própria religião (e não fora dela, como na incúria das autoridades, mentalidade retrógrada, etc.), as condições para seu sucesso. São, digamos, qualidades endógenas.

Outros artigos similares e de conteúdo informativo se seguem; em 67 vemos no “Jornal da Tarde” a reportagem “Umbanda”, sem adjetivos. Não reaparece aí a denominação “Macumba”.

Vê-se, pois, que a Umbanda nesse momento já tem um peso específico e pode sem dúvida ser um parceiro político de interesse.

A face “respeitável” da Umbanda também é objeto de publicação, como na grande reportagem de “Realidade” de 1968 que aponta entre os adeptos da Umbanda “Procuradores da Procuradoria Judicial do Departamento de Portos e Vias Navegáveis”, no Rio de Janeiro. Apresenta ainda um depoimento do Dr. Henrique Landi da “Confederação Nacional Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros”, o qual considera que “a Umbanda tem impedido a dominação do Brasil pelo comunismo”. A *direção* da referida Confederação era então do Gal. reformado Mauro Rego Monteiro Porto.

Este depoimento ilustra e vai à guisa de justificativa da nossa afirmação anterior relativamente ao legalismo do movimento umbandista e de um certo acordo político-filosófico entre setores do movimento e da política Pós 64. Claro está não é a única tendência, mas é sem dúvida o pensamento de muitos que se consideram líderes do movimento umbandista.

Há que levar em conta ainda em qualquer caso, quando nosso material de análise é dado pela imprensa, a postura dos próprios órgãos considerados, desde que a tendência do órgão não aparece apenas na forma pela qual o assunto é tratado, mas no recorte que é feito e na escolha das pessoas a serem entrevistadas. No âmbito deste trabalho, contudo, não fizemos uma classificação dos diferentes órgãos, trabalhamos com um conjunto heterogêneo, buscando as variações de abordagem no tempo. Mesmo limitada, acreditamos poder ter levantado tendências significativas ao longo do tempo.

Um último elemento retirado da reportagem da “Realidade”. Destaca-se aí a capacidade eleitoral da Umbanda, carioca no caso: “os cariocas elegem pelo menos um deputado estadual através da Umbanda”. “Átila Nunes afirma que não precisa fazer propaganda para se eleger porque tem amigos certos na Umbanda”. Sem desmerecer a capacidade eleitoral da Umbanda, é bom lembrar que Átila Nunes, muitas vezes reeleito, não era apenas umbandista, mas também radialista.

A surpresa diante desta nova forma de considerar a Umbanda é acrescida à surpresa pela leitura dos novos artigos de Frei Boaventura Kloppenburg. O antigo inimigo encarnizado da Umbanda (cultos afro-brasileiros e Kardecismo) nos anos 50, considera agora, nos anos 70, que “também a Umbanda leva a Deus” e que a insatisfação com as

formas “oficiais rígidas, excessivamente controladas, complexas e intelectuais”, é responsável pelo crescimento da Umbanda. É de novo a “Realidade” que vai buscar estas idéias de Frei Boaventura num seu artigo então recente (1976), intitulado “Ensaio de uma nova Posição Pastoral perante a Umbanda”.

A Igreja Católica passa por uma mudança, revê posições, analisa outras formas de religião (de grande adesão), fala em ecumenismo. Frei Boaventura é de novo o Porta-voz dessas mudanças em relação às religiões afro-brasileiras e à Umbanda em particular.

A década de 70 por sua vez é rica de envolvimento político com a Umbanda e pela primeira vez em São Paulo chefes do governo estadual provocam alguma polêmica devido ao apoio publicamente dado a ela.

Através de registros cartoriais percebe-se que os anos 70 foram a década, por excelência, do crescimento da Umbanda em São Paulo.

Em março de 73, o “Estadão” estampa a notícia: “Governo vai à Festa de Oxossi”. À festa realizada nas dependências do Departamento de Educação Física do Estado, comparece além do então vereador Samir Achoa, um inusitado assessor de Laudo Natel, para “assuntos espiritualistas”, Armando dos Reis Quaresma. Este fez, segundo o jornal, “uma apaixonada defesa de Laudo Natel” vítima de críticas. O recinto fora cedido pela Secretaria do Turismo. O órgão umbandista promotor da festa era o “Primado de Umbanda”, dirigido por um *Tte.* Tupinambá, umbandista de antigo envolvimento com o PDS e que, de acordo com trabalho de Lisias Negrão, apoiou Erasmo Dias em 78 e Maluf em 82.

Logo em abril em editorial no “Estadão”, sob o título “Dia de Oxossi”, lemos um verdadeiro libelo a propósito da festa, muito semelhante aos editoriais de 50. Considera o editor que a Umbanda é fruto da ignorância e da politicalha, volta-se a criticar o populismo e finalmente se considera que o apoio do governo à festa “fere os brios paulistas”. São Paulo, segundo o mesmo editorial, não conhecia a Umbanda até às primeiras décadas do século e foi “contaminado” por este fenômeno “antibrasileiro de regressão cultural”.

Em final de abril, nova manchete: “Governo Estadual oficializa outra festa de Macumba”. Trata-se agora de festa de Ogun, oficializada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. Embora realizada pela primeira vez em 73, a oficialização já fora encaminhada por Natel em 71 (Decreto 52.742, 15/5/71). A publicação em Diário Oficial foi de 72. O órgão umbandista a entrar com o pedido foi a UTEUESP, federação dirigida por Jamil Rachid, umbandista de antigo e notório

envolvimento com o poder. Este envolvimento foi justificado por Rachid em entrevista, pelas possibilidades que tais relações lhe abriam de “exercer de modo adequado a caridade”. Por outro lado, dizia ele, “o governo sabe que estamos do lado da lei”.

Noticiando a festa, o “Estadão” se refere de novo ao “Pai-de-Santo” que é “representante do governo para assuntos espirituais”.

Em consequência deste apoio, lemos nos primeiros meses de 73 no “Estadão” os seguintes títulos: “Festa de Laudo preocupa a Igreja”; “Igreja condena as festas de Umbanda do Governo”; “A Umbanda faz sua festa com a ajuda do Estado”. Há ainda novo editorial: “Soam os atabaques”, onde se critica a falta de maturidade eleitoral do povo, critica-se Vargas pelo estado de imaturidade política, culpa-se, enfim, Igreja e Estado pelo crescimento da Umbanda e o Estado pelo seu apoio escancarado. Há ainda artigo de Corção (“Cristianismo e Macumba”) no qual o articulista critica a Igreja pelo rumo tomado pela religiosidade popular, criticando-se ainda D. Timóteo e D. Raimundo Cintra, por haverem entrevistado “um umbandista e um homem de candomblé”.

Vê-se, pois, que não obstante as nítidas diferenças no tratamento da Umbanda pela imprensa, no correr de cada decênio, algumas considerações de caráter conservador ou elitista estão sempre presentes, como uma costura do período total.

Vemos, contudo, crescer o número de artigos que analisam o “fenômeno Umbanda” (para certos setores sociais, “um fenômeno que preocupa”), sempre relacionando tal crescimento com a retração do catolicismo (e começa também a surgir a discussão de outro “fenômeno” - o Pentecostalismo). A estrutura religiosa da Igreja Católica muda de atitude, as reuniões setoriais da CNBB analisam o crescimento da Umbanda, fazendo uma sorte de “mea culpa”, sugerem um “estilo brasileiro” a ser adotado também pela Igreja Católica no Brasil; o Bispo de Uberaba (cidade de Chico Xavier) chega a falar que a “Igreja buscará se inspirar no Espiritismo”. Estamos no ano de 1973.

Ainda em 73, segundo semestre, encontramos mais duas chamadas relativas ao envolvimento político direto: “Umbandistas no Palácio Anchieta”. Trata-se agora, do II Encontro de chefes de Terreiro, promovido pela SOUESP (órgão umbandista com pretensões confederativas; surgiu da união de algumas federações paulistas como a UTEU-CESP e Primado) e instalado na então sede da Câmara dos Vereadores de São Paulo. Noticiava-se a presença de “autoridades” entre as quais Samir Achoa. No final do ano, lemos novamente no “Estadão”: “Festa umbandista ganha apoio e respeito de Natel”(9/12).

Tais dados não deixam margem à dúvida quanto ao envolvimento Umbanda/Governo. Avaliando pela imprensa, os anos do governo Egídio (que se seguiu ao de Natel), não oferecem a imagem do mesmo envolvimento espetaculoso do governo estadual anterior, entretanto, a Umbanda continua fazendo seu caminho através das Secretarias de Turismo para os centros de poder estadual ou local. Repetem-se as notícias de oficialização de grandes festas umbandistas através de Prefeituras como de Osasco, Mauá, Santo André, Praia Grande.

De fato, diríamos que não apenas as artificiosas vinculações partidárias P6s 64 devem ser levadas em conta para se entender o lado público destes envolvimento, mas também as filiações anteriores e a própria história pessoal dos políticos envolvidos. Os nomes de políticos mais constantes dos noticiários da década de 70, além de Samir Achoa (sempre apontado como simpático ao eleitorado umbandista e ele mesmo umbandista), são de Ademar de Barros Filho e Laudo Natel (com frequência muito menor, aparece vez ou outra o nome de Quércia). Ora, para lembrar apenas, Laudo e Ademar são nomes do antigo PSP, partido de tradição popular e populista, do qual foi mentor o velho

Ademar de Barros, o qual de resto, figura com frequência, ao lado de Getúlio, no rol dos amigos da Umbanda. A amizade é reiterada em fotos devidamente entronizadas em numerosos Terreiros e no depoimento de velhos umbandistas. Ademar de Barros Filho, o Ademarzinho, herdou do pai a amizade, embora não o carisma. Laudo, por sua vez, graças à sua história pessoal do tipo "self made man", ascendendo de "office-boy" a homem de empreendimentos, com vinculação também com o futebol ("esporte popular"), explica e justifica sua mais íntima relação popular. O mesmo não se pode falar de Egídio, cuja filiação partidária anterior a 64 era na UDN (partido sem tradição popular nem populista, ao contrário) e cuja história de vida também não trazia os elementos de Natel. Quanto à imprensa, na década de 70, o noticiário, como vimos, incidiu particularmente sobre o "espetacular" crescimento da Umbanda, a oficialização de festas, o envolvimento político explícito, mesmo que a avaliação destes fatos fosse positiva ou negativa. Na linha das avaliações negativas, os editoriais do "Estadão" até final da década, mostravam uma extraordinária coerência e renovavam as mesmas avaliações estampadas desde a década de 50.

De todas as notícias dos anos 70, contudo, talvez a mais indicativa de mudança tenha sido aquela sobre o recebimento de comenda do Itamaraty, Ordem do Rio Branco, por Olga de Alaketo, mãe-de-santo do Candomblé bahiano. Tal fato ocorrido a 21 de abril de 1977, aconteceu no bojo do encaminhamento de novas relações Brasil/África,

mas este fato sozinho não justificaria a condecoração de uma mãe-de-santo se não houvesse toda uma nova postura política em relação ao significado dos cultos afro-brasileiros. Olga, aliás recebeu a comenda das mãos do então todo poderoso Gal. Golbery do Couto e Silva, sendo membros do Conselho, Geisel (Presidente da República), Azeredo da Silveira, Gal. Hugo de Abreu, Saraiva Guerreiro, além do próprio Golbery.

Voltando a S. Paulo, vemos que pelo menos a nível do “Estadão”, o nome de Maluf não aparece com a mesma intensidade que o de Natel, embora o envolvimento Governo/Umbanda nesse período também tenha sido notório. A primeira nota pública no “Estadão” é de 81 e se refere à festa de Ogun no Ibirapuera, noticiada como “Uma festa Política para Ogun”. O jornal destaca exatamente o caráter político do evento, dizendo que o próprio Ogun “foi esquecido”, e nomeia as autoridades presentes: José Maria Marin (Vice-Governador), Reynaldo de Barros (Prefeito), Secretários do Estado e do Município, Vereador Naylor de Oliveira (que aliás disputou o pleito de 82 como umbandista e não foi re-eleito) e Ivete Vargas (Presidente nacional do novo PTB). O mentor umbandista da festa foi o conhecido Jamil Rachid. Como nas festas anteriores, estavam presentes ainda, representantes da Umbanda do Uruguai e Argentina (o que se constitua num elemento a mais de prestígio para Rachid).

A imprensa conservadora, contudo, pouca notícia o envolvimento (do qual temos notícia graças a outros elementos de pesquisa) talvez temerosa de uma promoção indireta dos homens no poder.

Concluindo, lembramos que apesar do envolvimento entre a Umbanda federativa e o PDS, houve no conjunto da Umbanda variações nítidas levando a adesões fora do PDS e houve variação também segundo o estilo político e a história dos homens envolvidos. Entretanto, é bom não esquecer, que no conjunto, a mudança política foi notável e a Umbanda se constituiu neste momento em interlocutor respeitável.

Também a atitude da Igreja em relação à Umbanda mudou significativamente, mas por sua vez não ofereceu um padrão homogêneo. As aproximações vão variar segundo setores mais ou menos conservadores da própria Igreja.

Igreja e Umbanda

Embora a situação conjuntural da Umbanda e da própria Igreja seja um poderoso fator de reconsideração das relações entre as duas

formas de instituição religiosa, tais relações variam internamente na Igreja Católica.

Vejam alguns exemplos. De fato, enquanto reuniões setoriais da CNBB recomendam um “novo estilo” à Igreja e o Concílio Vaticano II inspira posições ecumenistas, reforçado pela opção recomendada em Medellín (tudo amplamente noticiado), vemos também a notícia da preocupação de setores da Igreja em relação à Umbanda.

O mesmo “Estadão” que noticia as reuniões da CNBB, estampa as preocupações de D. Lucas Moreira Alves com o apoio dado à Umbanda por Laudo Natel. Preocuparia o bispo “a ambigüidade da Umbanda” ora considerada religião, ora folclore, pois “se a Umbanda é considerada religião não pode ter apoio oficial, pois Igreja e Estado são separados no Brasil”. Se folclore, o apoio também não se justificaria, dado que a Umbanda seria uma prática que conteria “em sua infra-estrutura uma série de deficiência e aspectos negativos”, entre os quais, “verdadeiras práticas de magia, de fanatismo, de demonolatria, levando ainda à proliferação de distúrbios mentais, à exploração religiosa e atuando como estímulo à incultura e aos vícios”. Um dos bispos entrevistados, e não citado nominalmente, teria se referido à preocupação do Prefeito da Praia Grande, “com os abusos e com o vícios que imperam no município cada vez que, sob pretexto de turismo, se realizam cerimônias de Umbanda nas Praias”.

D. Lucas lembra na mesma reportagem, que a Igreja Católica “está vivendo uma época de ecumenismo e que respeita todas as religiões”. Desta forma, sua preocupação é com a “ambigüidade” e os aspectos sociais.

Quando em maio de 73, o “Estadão” publica a notícia - “Igreja condena as Festas de Umbanda do Governo”, é de novo D. Lucas que vem a público através de entrevista coletiva no Centro de Informações Eclesiais declarar que “a Igreja é radicalmente contrária á oficialização das festas de Umbanda, por apresentarem aspectos negativos fundamentados em magias e idolatrias”. Em artigo publicado em “O São Paulo”, D. Lucas reitera as mesmas opiniões.

A propósito da outorga de título de “Cidadão Paulistano” a Chico Xavier pela Câmara Municipal de S. Paulo, em 1973, o mesmo jornal ouve o Pe. Amauri Castanho, então diretor de “O São Paulo”, o qual declara que “apesar de algum trabalho social que o médium tenha desenvolvido, o título não corresponde ao nível cultural de uma cidade como S. Paulo”. Acrescenta ainda, que a outorga “tem por trás, razões políticas e eleitoreiras que disvirtuam um pouco a fundamentação básica da premiação municipal”.

Poucas vezes contradições ficam tão explícitas quanto nos trechos acima apresentados. Fica patente também, menos que uma disputa entre facções internas da Igreja, a imensa dificuldade de conciliar uma antiga tradição (cada vez mais fortemente balançada) de relações com o poder estabelecido e uma nova postura seja em relação ao poder, seja em relação às chamadas classes populares (e conseqüentemente suas manifestações religiosas), seja ainda, em relação à garantia de um mercado religioso cada vez mais ameaçado. Este conflito entre solicitações opostas dá ao discurso da Igreja uma certa ambiguidade, quando visto no seu conjunto, recortado temporalmente ou não, e um sabor de “coisa já vista”. Realmente, as opiniões de D. Lucas fazem eco a manifestações antigas (Pré-conciliares) de Frei Boaventura.

Tais contradições ficam gritantes se passarmos a vista pela “Folha de São Paulo” de 12 de outubro de 83 e virmos o protesto dos “crentes” contra a oficialização como feriado nacional da festa de N.S.ra.da Aparecida, “Padroeira do Brasil”.

Outra linha de discussão é aquela que alia o crescimento da Umbanda (do Pentecostalismo também entre outros) ao destino da Igreja Católica no Brasil. Articulistas, religiosos ou não, apontam a “Politição” da Igreja como principal “culpada” da perda de adeptos, além de intelectualismo, estrutura rígrida, etc.

D. Scherer em Porto Alegre, no programa radiofônico “A Voz do Pastor”, manifesta preocupação com o crescimento da Umbanda “e outras manifestações religiosas, de preferência de origem norte-americana”; culpa a própria Igreja: onde esta marca “Presença por uma ação permanente, as novas formas de religião não proliferam”, culpa ainda os pais: Por não darem educação religiosa aos filhos. Este programa aparece noticiado na imprensa em 1977 nas páginas do “Estadão”.

Vê-se, pois, que o panorama longe está de ser claro ou coerente, há marchas e contra-marchas, que se explicam, parece, por razões, de novo, internas e externas à Igreja e à dificuldade de superar as contradições que apontamos acima.

Concluindo, podemos dizer que embora modificada, “Kardecizada”, “arianizada”, “cooptada”, “moralizada”, a aceitação de formas de religiosidade popular, está longe de ser um fato tranqüilo. Por outro lado, Umbanda e Magia, Umbanda e Poder, Umbanda e Voto, Umbanda e Igreja Católica, Umbanda e Cultura são binômios que povoam as considerações da imprensa.

A partir de grande número de publicações, os destinos da Umbanda e da Religião Católica, parecem estar inapelavelmente ligados.

Da ótica do movimento umbandista, a Igreja Católica se constitui realmente como um modelo (a nível de organização e de papel na sociedade nacional) e um desafio. Os pretendidos líderes do movimento umbandista falam na “substituição” do catolicismo pela Umbanda como “religião oficial brasileira”. Posição que segundo os umbandistas seria ocupada com maior propriedade pela Umbanda, dado seu caráter “nacional” e também, porque não, suas raízes populares.